

“INDICADORES DO HOSPITAL DE FARO NÃO SÃO PRÓPRIOS DE UM PAÍS DESENVOLVIDO”



Em visita ao Hospital de Faro, dia 31 de janeiro, Rui Rio voltou a denunciar os “estrangulamentos” que afetam o Serviço Nacional de Saúde e este centro hospitalar em particular

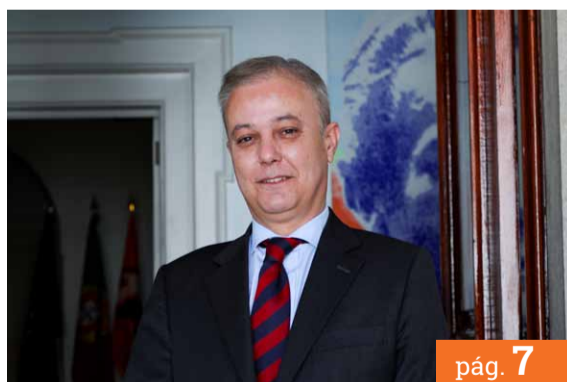


pág. 4

PRESIDENTE

“É PRECISO APURAR RESPONSABILIDADES POLÍTICAS E CRIMINAIS NA CGD”

O Presidente do PSD defende que é preciso apurar eventuais responsabilidades nas decisões de crédito da Caixa, através da nova comissão de inquérito parlamentar e da investigação judicial



pág. 7

PSD

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

Tiago Moreira de Sá, Presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD, explica, através de um artigo de opinião, a visão que Portugal deve ter no domínio da política externa



pág. 11

REGIONAIS

VEREADORES DO PSD DEFENDEM RADIOTERAPIA NO HOSPITAL DA ILHA TERCEIRA

Marcos Couto e Miguel Bezerra apresentaram um voto de protesto contra a desistência pelo governo regional do projeto da Radioterapia no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

A GREVE DOS ENFERMEIROS E O DESASTRE DA ESQUERDA

Os enfermeiros e dum modo geral todos os profissionais da saúde, médicos, farmacêuticos, técnicos de diagnóstico e de terapêutica, auxiliares administrativos, têm uma função insubstituível. Eles exercem a nobre função de cuidar dos outros e são a face visível do Serviço Nacional de Saúde. Não há sistema público de saúde, sem profissionais motivados e dedicados.

São por todos reconhecidas as dificuldades que enfrentam os enfermeiros, desde as regras de remuneração ao descongelamento e progressão das carreiras, problemas aliás comuns a outras classes profissionais.

As greves causam sempre impactos negativos, mas o que não podemos aceitar é que a paralisação dos enfermeiros possa agora ser considerada "selvagem" ou "absolutamente ilegal" só porque é realizada contra a esquerda e porque não é promovida e comandada pela CGTP-IN, em concertação com o PCP. No passado, o PS nunca questionou a conveniência, a legitimidade ou legalidade das greves quando cavalejou a oposição contra o PSD. Onde está a coerência?

Os doentes são, como notava Rui Rio, aqueles que mais sofrem os efeitos do cancelamento de cirurgias e de atos clínicos. São os utentes quem paga o aumento da conflitualidade e da instabilidade do SNS. Mas os problemas do SNS estão para lá das greves. Aqueles que mais sentem o desastre de um SNS paralisado, deficitário, subfinanciado, degradado e mal gerido pela esquerda são sempre os cidadãos mais vulneráveis e com menores recursos.

É inegável. O Serviço Nacional de Saúde está pior, e esse ónus é de toda a esquerda parlamentar que gosta e gasta palavras a mais a falar dos direitos constitucionais, mas que, na prática, não cumpre com o seu dever de governar, nem consegue dar uma resposta aos problemas do sistema público de saúde.

2,34 milhões de portugueses detêm seguros de saúde privados. É um sinal evidente da manifesta desconfiança dos portugueses no funcionamento do sistema público. O direito constitucional, de acesso a cuidados de saúde, de forma universal e tendencialmente gratuito, não está a ser salvaguardado e a esquerda não se pode esquivar a este juízo, responsabilizando o os outros pelos maus resultados. A verdade é que, no Portugal pós-troika, a esquerda tem enfraquecido o SNS, ponto final. E dispensam-se os ridículos exercícios de encenação dos partidos que sustentam o Governo para provar o contrário. Basta ler conclusão dos relatórios do Tribunal de Contas: a situação SNS degradou-se nos últimos 3 anos e meio.

Essa degradação é um indicador sério da má governação da esquerda. A greve dos enfermeiros, como o descontentamento dos operadores judiciais, professores, polícias, bombeiros e militares mostram um País descontente e cada vez mais afastado de um modelo de governação que falha a cada dia que passa.

O Governo tem falhado na sua missão de valorizar as políticas públicas orientadas para a qualidade dos serviços na saúde, como de resto na educação, nos transportes, na proteção civil ou na cultura. E o grito dos cidadãos já não é sequer silencioso, mas de real e genuína indignação. Portugal precisa de uma alternativa e só o PSD está em condições de assegurar um SNS inclusivo, sustentável e acessível a toda a população, protegendo sobretudo os grupos sociais mais desfavorecidos.

Rui Rio num périplo dedicado ao SNS

"INDICADORES SÃO PRÓPRIOS



DO HOSPITAL DE FARO NÃO DE UM PAÍS DESENVOLVIDO”



Em visita ao Hospital de Faro, dia 31 de janeiro de 2019, Rui Rio voltou a denunciar os “estrangulamentos” que afetam o Serviço Nacional de Saúde e este centro hospitalar em particular. Falta de recursos humanos (médicos e enfermeiros), tempos de espera “desumanos” e atrasos na marcação de atos clínicos e limitação do edificado (sem espaço para reforço de camas) caracterizam o Hospital de Faro.

O Presidente do PSD critica os “indicadores que não são próprios de um País desenvolvido, europeu”, e que nos últimos três anos se agravaram. “No Algarve é ainda pior. Sabendo que é um destino turístico, e (importante) para a economia do País, cada vez mais os turistas dão valor a essa componente. As pessoas não vão passar férias se não sentirem segurança”, alertou. Rui Rio entende que “o País tem que ser capaz de reagir”.

Greve dos enfermeiros: “A principal preocupação são os doentes”

Num comentário ao pré-aviso de greve dos enfermeiros, o líder do PSD espera que Governo e enfermeiros possam encontrar uma posição de “bom senso”, “equilíbrio” e de “boa vontade”. “Que cada uma das partes perceba os constrangimentos da outra e não exija tudo à outra (parte)”, sublinhou.

Rui Rio explicou que as necessidades dos doentes devem ser salvaguardadas. “Do ponto de vista do PSD, o que está no centro preocupação de alguém está na vida pública e na Saúde? São os doentes (...). No fim da linha são os doentes quem vão sofrer, ainda para mais com uma greve, que é pontual, feita nas cirurgias e nos hospitais”, disse.

Rui Rio está a fazer um périplo no terreno para se inteirar dos problemas do sistema de Saúde.





“É PRECISO APURAR RESPONSABILIDADES POLÍTICAS E CRIMINAIS NA CGD”

O Presidente do PSD defende que é preciso apurar eventuais responsabilidades políticas e criminais nas decisões de crédito da Caixa Geral de Depósitos (CGD) através da nova comissão de inquérito parlamentar e da investigação judicial.

Rui Rio diz que “do lado da esquerda, há um discurso hipócrita”, porque há “sempre esta conversa do doa a quem doer” e do “é sempre até às últimas consequências”, mas “as pessoas percebem que isto não quer dizer nada, é uma forma de falar”. “Aquilo que é preciso, efetivamente, é apurar [através da nova comissão de inquérito] as responsabilidades políticas que possam ter havido nas decisões e, no quadro judicial da investigação criminal, as responsabilidades criminais que possam ter havido”, afirmou, após ter reunido com a associação ACOS – Agricultores do Sul, esta quinta-feira, em Beja.

De acordo com Rui Rio, a anterior comissão de inquérito à CGD foi “cortada abruptamente pelo PCP, pelo BE e pelo PS” e, por isso, “os deputados não tiveram possibilidade de ter acesso à auditoria” que a EY fez ao banco público.

Atualmente, sublinhou Rui Rio, “aquilo que sabemos é que a auditoria” vai chegar ao Parlamento “truncada, ou seja, o Banco de Portugal, sabe-se lá porquê, resolveu cortar os nomes” das “entidades que devem” e de “quem decidiu os créditos, que depois levaram os portugueses a pagar o balúrdio de impostos que se pagou”. Desta forma, a nova comissão de inquérito “vai poder fazer naturalmente um trabalho mais aprofundado ainda do que a outra”.

Rui Rio observa que os “portugueses pagaram cinco mil milhões de euros [para a CGD]”, e se “há uma parte que, seguramente, se deve à crise, não há necessariamente cinco mil milhões de euros de erros, mas há necessariamente uma parte substancial e isso tem de ser apurado, porque a banca não pode mandar nos bolsos dos portugueses desta forma”.

Governo privilegia litoral no Plano de investimentos

No périplo que o PSD tem vindo a fazer por todas as regiões, tem sido apontado que “este é um plano centrado no litoral e, particularmente, na Área Metropolitana do Porto e na Área Metropolitana de Lisboa”, acusou



Rui Rio esta quinta-feira. O Presidente do PSD acusou o Governo de privilegiar o litoral no Plano de Investimentos, que quer ver aprovado na Assembleia da República, “porque é ali que estão os votos”.

Rui Rio falou em Beja, dia 31 de janeiro, dando o exemplo do Alqueva como um investimento importante para a região. Mas faltam “investimentos complementares para que se possa otimizar os investimentos já feitos”, sublinhou, apontando a falta de acessos ferroviários e rodoviários que potenciem o que já existe. “Isso é que não tem racionalidade económica”, acrescentou, explicando ainda que, desta forma, “o Estado desperdiça recursos”.

É isso que Rui Rio pede, que exista num plano nacional de investimentos, onde não podem existir apenas os maiores projetos mas também “investimentos mais pequenos, mas que têm um efeito multiplicador muito grande”. “É uma questão de racionalidade”, notou.

Em Beja, Rui Rio visitou a Herdade Paço do Conde, reuniu-se com a ACOS – Associação de Agricultores do Sul e encontrou-se com militantes do distrito.





Rui Rio em Vila Verde

“TEMOS DE MUDAR DE POLÍTICA PARA DAR ESPERANÇA AOS PORTUGUESES”

Rui Rio faz um balanço negativo dos mais de três anos de legislatura. “Não há uma estratégia de crescimento económico. (...) Portugal não fez nenhuma reforma que nos permita ser mais competitivo. Não fizeram nada pelo investimento privado; baixaram o investimento público para patamares abaixo do período da troika. Degradaram a poupança nacional, que está hoje em níveis dos anos 1950”, apontou.

O líder do PSD, que participava na tomada de posse dos órgãos do PSD de Vila Verde, dia 2, denunciou o descontentamento dos cidadãos com a “política de ilusionismo” do Executivo. “Aquilo que o PS e o Governo têm vindo a fazer é exatamente o contrário do que é preciso para amanhã termos melhores salários e melhores empregos. Ou mudamos de política em Portugal ou não vamos conseguir ter mais para distribuir melhor por quem merece”, afirmou Rui Rio.

A melhor prova dessa insatisfação é a “onda de greves de praticamente todas as classes profissionais”. “Se houvesse contentamento com este Governo, não só não ouvíamos o que ouvimos [na rua], como não tínhamos esta onda de greves, umas atrás das outras, de praticamente todas as classes profissionais”, referiu.

Rui Rio insiste que “os portugueses nunca pagaram tantos impostos” e, neste momento, “gostariam que Portugal tivesse um Governo que lhes preparasse o futuro

e não que fizesse esta política de ilusionismo [a que se tem] andado a assistir”. Os portugueses querem por isso uma “alternativa”, que “só o PSD” está em condições de protagonizar. “Temos de mudar de política para dar esperança aos portugueses”, apelou Rui Rio.

A degradação dos serviços públicos é outro indicador da má governação da esquerda. “Ao longo destes três anos e meio o Serviço Nacional de Saúde piorou francamente naquilo que é a prestação de um serviço essencial à felicidade das pessoas”, criticou.

Rui Rio acusou o Governo apoiado pelo PS, PCP e BE de ser “exímio em vender gato por lebre” e enumerou outros exemplos da má governação, como a anunciada transferência do Infarmed para o Porto, a “expetativa” que criou juntos dos professores em relação à contagem integral do tempo de serviço, a descida do IVA da eletricidade, os transportes públicos, a contagem das horas extraordinárias para o IRS, a descida da dívida pública, o caso de Tancos e as imparidades por explicar na Caixa Geral de Depósitos. “Os portugueses é que sofrem as consequências desta degradação”, disse.

“Os portugueses têm o direito de saber” o que se passou na CGD

Rui Rio diz-se chocado com o que viu da auditoria à Caixa Geral de Depósitos (CGD), apontando que o documento contém “informação escondida”. À entrada para um jantar comemorativo do Ano Novo Chinês, esta sexta-feira, na Póvoa de Varzim, o Presidente do PSD afirmou que a comissão de inquérito deve exigir ao Banco de Portugal uma auditoria “nos termos do respeito que os deputados merecem e nos termos do respeito que o povo português merece”. “Ao folhear a auditoria tive uma sensação muito má. Acho que está tudo truncado, muita informação escondida. Acho que é um desrespeito pelo Parlamento o Banco de Portugal mandar uma auditoria naqueles termos. Não se consegue perceber grande coisa. Não é muito edificante”, expressou.

Rui Rio lembra que os contribuintes têm o direito de saber o que se passou. “Quem pagou foi o povo português. Fiquei chocado com o que vi, independentemente dos números, datas ou nomes que lá estejam, mas que estão em branco. É de uma relativa opacidade face ao esforço que os portugueses fizeram com cinco mil milhões de euros de impostos”, salientou.





A LEI DE BASES DA SAÚDE E A ARROGÂNCIA DE ANTÓNIO COSTA

Previsível e anunciado: o debate da Lei de Bases da Saúde (LBS) está a ser um momento político da maior importância e de abundante controvérsia.

Compreende-se: a saúde é o bem primeiro de qualquer pessoa e o tópico charneira de qualquer campanha eleitoral.

O que já não se compreende é a arrogância do primeiro ministro (PM) que, no Parlamento (o lugar onde se vai aprovar ou não a nova LBS) num debate quinzenal recente, sentenciou que a nova LBS seria aprovada excluindo o PSD.

Aqui está, em todo o seu esplendor, o sentido democrático do PM!

Quem é António Costa para decretar que o maior partido português fica arredado, sem apelo nem agravo, da construção de uma lei que interessa, com especial motivação, a todos os portugueses?

O PSD apresentou um excelente Projeto de Lei, herdeiro da atual Lei de Bases de 1990, que foi obra de um governo e de uma maioria do nosso partido.

Um projeto capaz de responder aos desafios de uma sociedade moderna, dinâmica e exigente como é, crescentemente, a sociedade portuguesa.

Um Projeto de Lei que ajude a construir uma nova LBS com uma longevidade pelo menos igual à atual, que vai já em 28 anos.

O PSD reafirma-se, neste projeto, como o tem feito em vezes incontáveis, defensor do Serviço Nacional de Saúde, um instrumento formidável de construção da democracia em Portugal.

Um Serviço Nacional de Saúde sem peias ideológicas ou amarras estatizantes, onde o cidadão esteja no centro das atenções e das preocupações, os profissionais sejam justamente reconhecidos e valorizados e as novas exigências demográficas, sociais, de saúde pública, de inovação terapêutica e de sustentabilidade económica e financeira, sejam devidamente equacionadas.

Por isso, a arrogância do PM, é insuportável.

Percebemos o Dr. António Costa: qualquer pretexto lhe serve para esconder o enorme fracasso da sua governação no Serviço Nacional de Saúde.

O PSD posiciona-se neste debate com sentido de responsabilidade, porque queremos construir as melhores e mais duradouras respostas às exigências de saúde dos portugueses.

Nesta como noutras matérias, estamos com as exigências do senhor Presidente da República, que desafiou o Parlamento a aprovar uma Lei de Bases da Saúde estável e de amplo consenso parlamentar.

Adão Silva

Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

É raro debater-se a política externa portuguesa. Tal acontece devido ao facto de existir um consenso neste domínio desde o início do período democrático entre os partidos que têm governado Portugal. Isso é positivo e deve manter-se. Os consensos de política externa são especialmente relevantes, pois esta exige que se pensem soluções a longo prazo e que se mantenha a coerência necessária para garantir a credibilidade internacional, o que é uma verdade válida para todos os Estados, mas sobretudo para os de média dimensão e de poder limitado. Todavia, tal não pode significar uma ausência completa de discussão, sobretudo num momento em que parece haver alguma variação na estratégia externa do país, pelo menos a julgar pela posição adotada no “caso Skripal” ou pela abertura à iniciativa Belt and Road da China.

Uma boa visão de política externa tem de ser clara e exequível, deve manter o já referido consenso alcançado no regime democrático entre PSD, PS e CDS, partir dos nossos interesses e valores e conjugar fatores como a geografia, a história, a identidade cultural, os recursos, as capacidades e a distribuição de poder no sistema internacional e regional em que Portugal está inserido.

Começemos pelos nossos interesses e valores. Os primeiros são a independência nacional, a segurança do país, o bem-estar dos portugueses e a manutenção da nossa identidade como Estado europeu, atlântico e lusófono, membro de uma tripla aliança: a UE, a NATO, a CPLP. Os segundos são a defesa da Liberdade, da Democracia, dos Direitos Humanos, do Estado de Direito, da Economia de Mercado e do Desenvolvimento Económico-Social.

Estes interesses e valores, conjugados com os outros fatores referidos, definem os pilares fundamentais que dominam a inserção internacional do nosso país na atualidade, sendo os essenciais a União Europeia, o Vínculo Transatlântico, o Espaço Lusófono, as Comunidades Portuguesas e o Mar.

A União Europeia é o primeiro pilar prioritário da política externa portuguesa. Ela assegura a congruência entre os nossos valores, o desenvolvimento económico e o Estado Social, devendo a orientação estratégica de Portugal continuar a ser a de fazer parte do “núcleo duro” de uma Europa cada vez mais unida, preferencialmente na linha definida no cenário 5 do Livro Branco da Comissão Europeia que prevê fazermos “muito mais todos juntos”.

Neste âmbito, é essencial começar por completar e concluir os pilares da União Económica e Monetária, dando sinais e passos concretos, nomeadamente acelerando e agilizando a União Bancária e nos termos originais estabelecidos pelo Conselho Europeu, com a criação de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos, a par dos existentes Mecanismo Único de Supervisão e Mecanismo Único de Resolução. Outra questão-chave é a negociação e implementação do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, que tem de ter em conta o princípio da coesão económica, social e territorial. Igualmente uma prioridade é o avanço na Cooperação Estruturada Permanente, mas sempre numa perspetiva de complemento com a NATO, que continua a ser insubstituível na proteção da Europa. Finalmente, para referir apenas alguns assuntos mais relevantes, no pós-Brexit é preciso garantir que o Reino Unido faz parte da Europa, mesmo não fazendo parte da União Europeia, seja ao nível económico, seja ao nível da segurança e defesa.

O vínculo transatlântico é o segundo pilar prioritário da política externa portuguesa. A especificidade de Portugal, situado no extremo ocidental da Europa e tendo o Atlântico como segunda fronteira, faz com que a relação transatlântica seja para nós mais importante do que para qualquer outro país europeu. Numa Europa fundamentalmente continental, cada vez mais virada para Leste e de costas voltadas para o Oceano que une os dois lados



do chamado Ocidente, o país torna-se periférico e estrategicamente marginal. Numa Europa apostada no laço transatlântico, Portugal ganha centralidade e tem um maior poder de influência dentro da UE, reforçando em simultâneo a sua influência no resto do mundo.

É essencial reforçar a relação entre os dois lados do Atlântico. Aqui, a nossa preferência está naturalmente na relação bilateral com os Estados Unidos da América – a superpotência mundial que é também a grande potência atlântica – e na relação multilateral institucionalizada na NATO, sendo nela que se garante de forma decisiva a segurança dos espaços territoriais continental e insulares de Portugal, mas também da sua vasta zona económica exclusiva. Todavia, nesta área têm também cada vez mais relevância as relações com o Canadá, um país com imenso potencial ao nível económico, onde reside uma significativa comunidade portuguesa e onde existem novas oportunidades resultantes do acordo de comércio livre CETA. Em concreto, há várias questões que devem estar no topo das nossas prioridades, tais como a conclusão do novo acordo dos Açores, o cumprimento do compromisso assumido com a NATO de atingir a meta de 2% do PIB em gastos em defesa, o regresso das negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) e a implementação do CETA.

Mas o reforço do vínculo transatlântico também passa pela valorização do Atlântico Sul, defendendo mesmo um novo conceito de Atlântico que una o Norte ao Sul, redobrando a importância do espaço das nossas ilhas – Açores e Madeira –, mas também destacando a relevância das relações privilegiadas que Portugal tem com regiões - e com países - abrangidas por este oceano, nomeadamente parte da Ibero-América e, sobretudo, a Lusofonia. Há muito que Portugal se bate pelo “Espaço da Unidade do Atlântico”, agindo nos diferentes fora multilaterais, mas também no plano bilateral, de molde a que os nossos aliados do Norte e do Leste percebam quer as grandes oportunidades que existem no Atlântico Sul, incluindo económicas e energéticas, quer as ameaças de segurança que daí vêm.

O Espaço Lusófono é o terceiro pilar prioritário da política externa portuguesa. A Lusofonia é o que assegura a singularidade portuguesa e distingue o país de todos os outros. Ela deve consistir, acima de tudo, numa relação privilegiada com os países de língua oficial portuguesa, com os quais devemos desenvolver laços cada vez mais

de proximidade e cooperação, quer no plano bilateral, quer no plano multilateral, criando uma rede de parceiros assente na soberania, no respeito e no bem-comum.

Temos de apostar na renovação e no aprofundamento dos vínculos bilaterais com os países lusófonos uma vez que a nossa proximidade a estes Estados, alguns deles com um enorme potencial para serem potências emergentes e economias em quase constante crescimento, é um claro trunfo que aumenta a nossa capacidade negocial ao nível internacional, o nosso prestígio e a nossa importância relativa. Para além destas razões, o facto de dois parceiros lusófonos - Angola e Brasil- serem grandes potências regionais pode também ser muito importante do ponto de vista político e económico.

No plano multilateral, é fulcral revitalizar a CPLP, que foi e continua a ser uma bela ideia, ainda que até agora subaproveitada. Aqui, é possível fazer muito mais, e Portugal pode desempenhar um papel importante porque tem o secretariado-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa neste biénio 2019-2020. Desde logo, uma reforma da organização, por exemplo, aumentando para cinco anos o mandato do Secretário Executivo, permitindo assim uma maior continuidade e coerência na ação e na estratégia. Depois, avançar com realismo no Regime de Mobilidade Própria da CPLP e até numa eventual cidadania lusófona. O aumento exponencial das relações económicas e o alinhamento estratégico em organizações internacionais devem também estar na linha da frente das nossas prioridades.

As comunidades portuguesas são o quarto pilar prioritário da política externa portuguesa. O povo é o maior ativo de um país, esteja ele onde estiver, seja em Portugal continental, seja nas ilhas atlânticas, seja nas Comunidades Portuguesas e Luso-Descendentes espalhadas por todos os cantos do globo. Estas últimas são um elemento fundamental do povo português e um símbolo da vitalidade da nossa nação, tendo por isso de ser vistas como uma nova grande prioridade nacional.

Portugal tem de reforçar e aprofundar a ligação aos membros daquelas comunidades, em termos económicos, culturais, sociais e cívicos. Para isso, temos de continuar a adequar a rede consular à realidade atual das comunidades portuguesas, continuando a corrigir algumas decisões da última reestruturação e adaptando-a aos mais recentes fluxos de emigração. Outra prioridade é a modernização dos serviços consulares, de modo

a permitir uma mais expedita capacidade de resposta, reconhecendo que esta tem sido manifestamente insatisfatória. Também é preciso criar as estruturas e os mecanismos que permitam dar todo o apoio à integração nos respetivos países de acolhimento, promovendo muito em especial o exercício do direito de voto nesses Estados. É ainda importante estimular a iniciativa empresarial nas comunidades portuguesas, em ligação estreita às embaixadas e à AICEP.

Sendo essencial ajudar com todos os meios possíveis os portugueses e luso-descendentes onde quer que estejam, é importante saber vislumbrar oportunidades estratégicas onde elas existem. Nesse âmbito, uma prioridade consiste em identificar comunidades que possam ser influentes em países importantes política ou economicamente para Portugal e criar condições para que estas possam influenciar processos de decisão em favor dos interesses portugueses.

Finalmente, o Mar é o quinto pilar prioritário da nossa política externa. Portugal sempre teve o seu destino ligado ao Oceano. Esta realidade geográfica, histórica e geopolítica leva a que a nossa outra fronteira seja um desígnio nacional, pois, como referiu Aníbal Cavaco Silva, "Ao apostarmos na economia do mar, estamos a apostar numa nova centralidade para Portugal. Já não o país onde a Europa acaba, mas o país onde o mar e o mundo começam".

A extensão da plataforma continental para as 200 milhas marítimas é uma grande prioridade, merecendo por si só um papel de destaque na planificação de qualquer política externa. O aumento do potencial estratégico que esta alteração confere a Portugal, a juntar ao claro simbolismo da aposta no Mar, não pode ser ignorado e deve estar no topo da agenda de qualquer governo português.

O caminho para a expansão é feito através das instituições e tratados internacionais, argumentando de acordo com os direitos que nos são concedidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e trabalhando na ONU com o nosso muito competente corpo diplomático para conseguir uma decisão favorável deste processo que deverá ficar concluído em 2020. No entanto, para assumirmos este desafio extraordinário de duplicar o nosso território marítimo para cerca de quatro milhões de quilómetros quadrados precisaremos de ir mais além. Assumir soberania significa assumir compromisso e dever para com um território e isso tem de estar bem claro quando se parte para esta ambição. É fundamental que se crie um plano de ação consensual e aprofundado que nos prepare para a responsabilidade brutal que virá com este aumento exponencial de território, com a consequente exploração dos recursos nele contidos, sendo que em concreto ele exigirá desde logo um maior investimento em ciência e nas Forças Armadas, de forma a proteger o espaço que vamos assumir, sobretudo ao nível da Marinha e da Força Aérea.

Além destes pilares fundamentais da política externa portuguesa, na atualidade é cada vez mais importante a Ásia, região para onde está a transferir-se a riqueza, e eventualmente a prazo o poder, muito em particular a China, que é já a segunda maior economia mundial e tudo indica que será em breve a primeira, assim como a Índia, que continua a conhecer um forte crescimento económico e tornar-se-á a curto prazo o país com a maior população do mundo.

Adicionalmente, o Magrebe tem assumido e bem cada vez mais relevância na estratégia de inserção internacional de Portugal. Os países aí localizados são sobretudo importantes pela sua proximidade territorial – Marrocos -, pelos seus recursos energéticos – Argélia e Líbia -, pela pressão demográfica e pelos desafios à segurança que daí advêm devido à crescente conflitualidade regional. Acresce que este espaço pode mesmo estender-se, numa segunda instância, até ao Golfo Pérsico, incluindo algumas monarquias desta região rica energética e financeiramente.

Como referiu o Presidente do partido no discurso sobre a política externa portuguesa em Cabo Verde, há duas



formas de olhar para Portugal. Uma é olhar só para as suas fronteiras europeias: estas são pequenas. A outra é olhar para as suas fronteiras históricas, culturais, afetivas e estratégicas: estas começam na Europa, estendem-se ao Atlântico, incluem uma plataforma continental que pode ir até às 200 milhas marítimas, atingem a América do Norte, descem o vasto oceano em direção ao sul,

com os países de língua oficial portuguesa, também com eles cruzam horizontalmente o continente africano, até chegarem ao Índico, vão até à intersecção deste mar com o Pacífico e incluem mesmo todos os cantos do mundo onde estão comunidades portuguesas e luso-descendentes.

Tiago Moreira de Sá

Presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD
Coordenador das Relações Externas do CEN

SETE CONCELHIAS DO PSD EXIGEM PLANO DE DESPOLUIÇÃO DO RIO AVE

As concelhias do PSD localizadas na bacia do rio Ave exigem ao Governo a “elaboração imediata” de um Plano de Despoluição e Revitalização daquele curso de água e acusam o Executivo de “desrespeitar” uma recomendação do Parlamento.

Em comunicado, as concelhias do PSD de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Santo Tirso, Trofa, Vila Nova de Famalicão e Vila do Conde referem que esta é uma tomada de posição “assente na união de propósitos entre territórios contíguos”, esperando que a Administração Central seja “sensível ao problema e faça avançar de imediato para a elaboração de um diagnóstico, avaliação, identificação das principais áreas de intervenção e elaboração um plano de ação urgente”.

Os sociais-democratas salientam que o rio Ave “tem uma importância crucial para a economia da região” e que “é fundamental para a saúde, para o ambiente e, sobretudo, para a valorização do elemento água para as gerações vindouras”, tendo ainda “um potencial cultural e turístico de grande alcance”.

As Secções do PSD da bacia do Ave deixam, no texto, uma acusação ao Executivo: “O Governo não cumpriu a resolução 63/2017 de 11 de abril, onde a Assembleia da República, por unanimidade, recomenda a implementação de um plano de despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Ave”, apontam.

Os sociais-democratas explicam que “ao longo das próximas semanas, as sete estruturas partidárias vão promover, através dos seus representantes eleitos nas autarquias locais, uma tomada de posição conjunta das câmaras, assembleias municipais e assembleias de freguesia, a exigir do Governo a elaboração imediata de um Plano de Despoluição e Revitalização do Rio Ave”, que, dizem, “poderá resultar no envio de cerca de sete dezenas de propostas de recomendação ao Governo”.

Em concreto, explicam, “as propostas que se pretende aprovar remetem para a necessidade e urgência de elaboração de um plano de despoluição e revitalização do rio Ave”.



O plano deve estar assente em diversos objetivos: “Avaliação e diagnóstico das situações com impacto direto na qualidade da água e identificação das principais áreas de intervenção, a elaboração de uma estratégia de atuação conjunta e partilhada entre entidades para fazer face aos fenómenos de poluição, a definição de uma estratégia de intervenção na ação integrada de fiscalização, a execução das medidas definidas no âmbito do PGRH - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça, o melhoramento da performance da solução das infraestrutu-

ras investindo na telegestão e em ID&I e, finalmente, a criação de uma Comissão de Acompanhamento da execução do plano”, enumeram.

Segundo referem, “quase 40 anos depois de iniciado o processo de despoluição do rio Ave e mais de 500 milhões de euros de investimento, há resultados visíveis e positivos que importa prosseguir” no futuro.

“Não podemos permitir que haja agora um retrocesso, que se desista do rio Ave e que se comprometa o esforço realizado”, alertam.

GOUVEIA REJEITA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

A Assembleia Municipal de Gouveia, no distrito da Guarda, decidiu, por maioria, rejeitar a transferência de competências da administração central para 2019. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor e 13 votos contra pela “não aceitação de qualquer uma das competências elencadas na Lei-quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais”.

O executivo da Câmara, de maioria PSD e presidido por Luís Tadeu, também deliberou, por unanimidade, a “rejeição total” da proposta do Governo “neste ano de 2019”. O texto da proposta refere que a Câmara Municipal de Gouveia “considera que o processo de descentralização ambicionado se poderá revelar positivo, designadamente em algumas das áreas elencadas, em particular naquelas em que se revela uma mais marcada intenção de aproximar determinados serviços das populações locais”.

No entanto, o município optou pela rejeição, “considerando que estas decisões e deliberações sempre teriam - e terão - uma importância decisiva para o futuro do município e para a suas gerações vindouras, nada aconselhando, pois, que as mesmas sejam adotadas de modo precipitado”.

A decisão é também justificada por a liderança de a autarquia de Gouveia entender “que a aceitação de todas ou de algumas das atividades a descentralizar implicaria sempre, e de forma imediata (isto é, já para o ano de 2019), um aumento da despesa municipal, a qual, neste momento, não se encontra calculada, nem, consequentemente, orçamentada”.



A SAÚDE NO ALGARVE

Já ninguém consegue esconder as graves deficiências no funcionamento dos serviços de saúde do SNS por falta de recursos humanos e por desinvestimento.

O desinvestimento/cativações nos serviços públicos do SNS têm provocado uma acelerada degradação dos serviços e respetivos índices, designadamente nos de qualidade.

Os serviços públicos do SNS serão, eventualmente, os de maior exigência, pelo envelhecimento da população/aumento da esperança média de vida, pelo aumento dos doentes crónicos, pela inovação nos medicamentos e do mesmo modo pela maior exigência em meios de diagnóstico, associados a novas terapêuticas.

Segundo o Tribunal de Contas a dívida do SNS terá aumentado 50% entre 2015 e 2018.

No mesmo período houve um correspondente aumento dos tempos de espera e das Listas de Espera para Consultas e para Cirurgias, situação que no Algarve é gravíssima, senão vejamos:

Nos Hospitais:

Há um défice crónico em recursos humanos, médicos, enfermeiros e assistentes operacionais. Sendo de salientar como áreas mais carentes:

No Hospital de Portimão, Pediatria, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia e Anestesia. A falta de Pediatras/Obstetras pode levar ao encerramento da Maternidade – situação inédita na Região.

No Hospital de Faro, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia, Anestesia, Cirurgia e Radiologia.

Quanto ao número de doentes em lista de espera para Cirurgia, alguns dos exemplos:

A Oftalmologia tem mais de mil doentes (desde 2017) em Lista de Espera para Cirurgia.

A Cirurgia tem mais de mil doentes (desde 2016) em Lista de Espera para Cirurgia.

A Ortopedia tem mais de quinhentos doentes (desde 2015) em Lista de Espera para Cirurgia.

Quanto aos tempos de espera para Consultas:

- Ortopedia: Mais de dois anos e meio de espera;
- Urologia: Mais de dois anos e meio de espera;
- Ginecologia: Dois anos de espera;
- Neurocirurgia: Mais de um ano de espera.

O Algarve não pode estar mais tempo à espera que o Governo do PS, apoiado pelo PCP e BE, resolva esta situação, exigimos que se avance para o reforço da carreira médica, vinculando os especialistas aos serviços, a abertura de vagas por concur-



so e prioritariamente para as estruturas carenciadas, a redução considerável do valor/hora do trabalho à tarefa, de modo a evitar a saída de profissionais para fora do SNS, que se invista no SNS, que se eliminem as cativações no SNS. (visando o investimento para substituir e renovar um parque de equipamentos demasiado envelhecido), e voltar a colocar como prioritária a Construção do Hospital Central do Algarve no Parque das Cidades, garantindo na localização do atual, por exemplo as necessárias valências de retaguarda.

O Algarve poderá e saberá em outubro deste ano reconhecer que nada se fez na saúde, apoiando e votando no nosso presidente Dr. Rui Rio, no PSD, visando a resolução gradual destes problemas, com bom senso, equidade e principalmente com respeito pelas pessoas, quer sejam as que diariamente trabalham no SNS, quer os utentes.

David Santos

Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Faro



CEN CONSELHO
ESTRATÉGICO
NACIONAL
1ª CONVENÇÃO



CONVITE

Exmo(a) Senhor(a),

O Presidente do PSD convida-o(a) a estar presente na **I Convenção Nacional do Conselho Estratégico Nacional (CEN)**, a partir das **15h30** do dia **16 de fevereiro**, no **Europarque** (Santa Maria da Feira).

Entre as **15h30** e as **17h30**, decorrerá o debate **"Portugal Hoje e Amanhã"**, moderado por **Filipa Roseta** e com a participação de **Daniel Bessa, Helena Freitas, Margarida Corrêa de Aguiar** e **Miguel Cadilhe**.

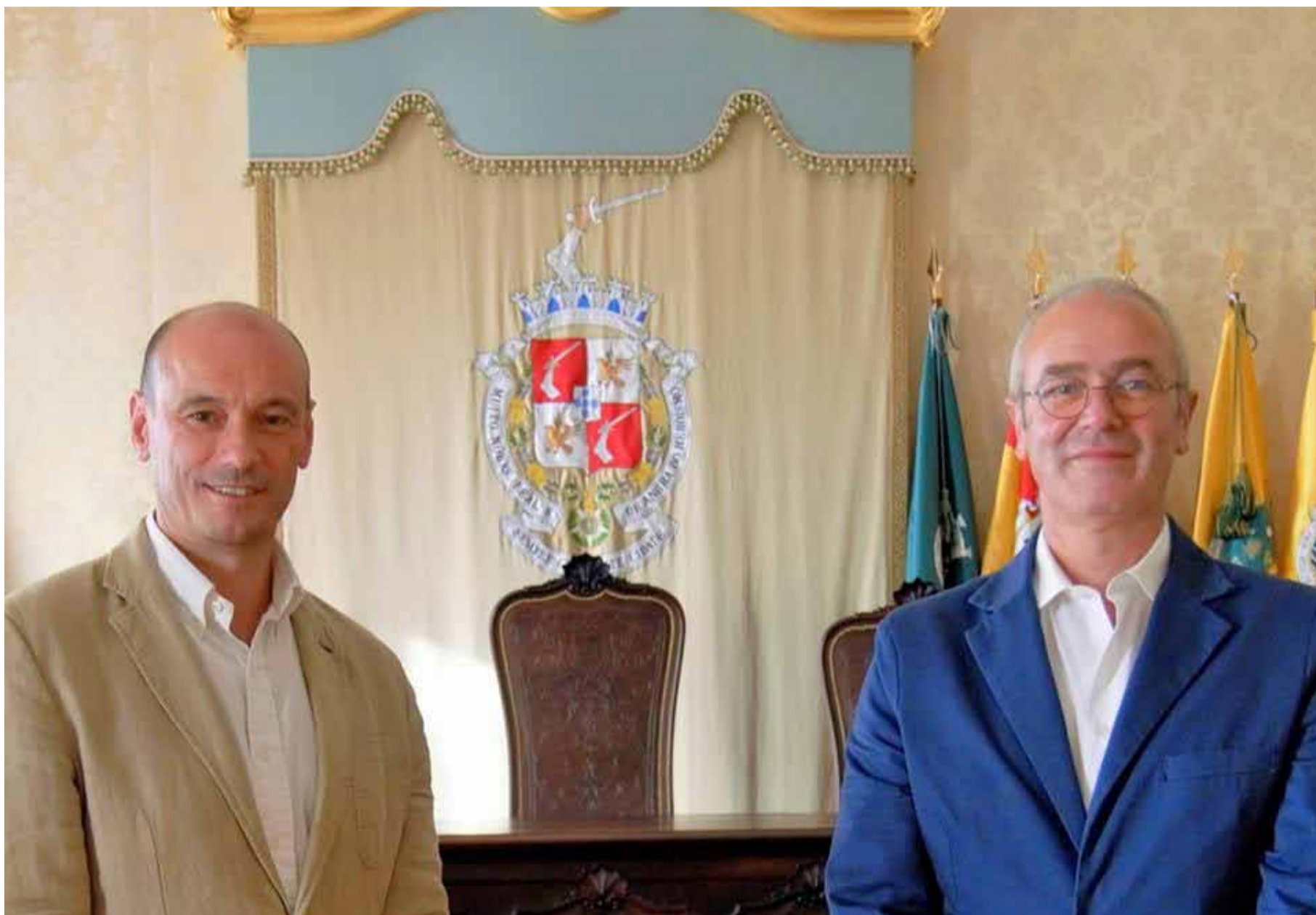
Pelas **18h**, acompanhe a sessão de **encerramento**, a cargo do Presidente do Partido, **Rui Rio**.

Contamos consigo para continuar a afirmar a força do PSD em Portugal.

Confirme a sua presença através do e-mail **secretariogeral@psd.pt**

EUROPARQUE | **16**
SANTA MARIA DA FEIRA | **FEVEREIRO**

VEREADORES DO PSD DEFENDEM RADIOTERAPIA NO HOSPITAL DA ILHA TERCEIRA



Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Marcos Couto e Miguel Bezerra, apresentaram um voto de protesto pelo facto de o governo regional “ter abandonado o projeto da Radioterapia no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, falhando assim uma promessa eleitoral de vários anos”, utilizando o argumento de que “o número de casos na Ilha Terceira seria insuficiente para a possibilidade de abertura de uma segunda unidade de tratamentos” na região.

Os social-democratas consideram que esse é um argumento “discriminatório e desconectado da realidade, como recentemente foi provado pelos números que o próprio Governo Regional apresentou”, adiantam.

“Relembramos que a instalação daquele centro na Ilha Terceira iria permitir a injeção direta e indireta na economia local de 3 milhões de euros”, referem Marcos Couto e Miguel Bezerra, que lamentaram ainda “o abandono a que a ilha e o concelho estão votados por parte do Governo Regional em geral, e neste caso em particular, pelo Secretário Regional da Saúde”.

O voto teve dois votos favoráveis dos vereadores do PSD, sendo recusado pelos quatro autarcas do PS, “que se justificaram dizendo que decorrem contactos com o Governo Regional para resolver a questão, que também consideram de grande importância para a população terceirense, cujo interesse defendem junto das entidades competentes”.

Marcos Couto e Miguel Bezerra dizem ser “difícil entender a posição da gestão socialista no governo, uma vez que, desde o início do processo, era conhecido o número de casos na Terceira. E avançou-se para a construção das instalações no

Hospital da Ilha Terceira”, pelo que este facto “mostra bem a leviandade com que são geridos os dinheiros públicos e a falta de respeito que o governo revela pela Ilha Terceira”, lamentam.

Eventos na Praça Velha

Entretanto, os social-democratas criticaram as declarações do presidente de câmara, Álamo Meneses, “acerca do voto sobre a Feira de Natal a Passagem de Ano na Praça Velha”, “um modelo esgotado e a necessitar de alternativas”.

“O senhor presidente diz que somos pessoas pouco viajadas e, como tal, não conhecemos o que se faz noutras cidades. Realmente, pertencemos ao grupo – cerca de 90% – dos açorianos com poucas hipóteses de viajar. Nem temos a oportunidade de o fazer no constante desempenho de funções públicas, como faz o senhor presidente, há mais de 20 anos, anteriormente como membro do governo e agora como autarca inequivocamente eleito”, adiantam.

“Mesmo assim gostaríamos de referir que, das poucas vezes que o fizemos, à conta dos nossos vencimentos, tivemos a evidência de que o que diz não corresponde à realidade”, referem.

“A importação cega dos ditos modelos de países desenvolvidos nunca deu bons resultados nos Açores, mais concretamente na Ilha Terceira e em Angra. Os Açores, a nossa ilha e o nosso concelho têm uma identidade muito própria que, em nosso entender, não é respeitada”, concluem Marcos Couto e Miguel Bezerra.

MÁS LIGAÇÕES AÉREAS “ESTRANGULAM O DESENVOLVIMENTO” DA ILHA DO FAIAL



O Conselho de Ilha do Faial aprovou uma deliberação do PSD local sobre as ligações aéreas que têm condicionado o desenvolvimento daquela ilha. Segundo os social democratas foram várias as carências verificadas: “a falta de voos e de lugares, a incapacidade de transporte de carga e exportação dos produtos locais, os atrasos constantes, voos consecutivos em que a bagagem foi deixada atrás, a falta de apoio aos passageiros dos voos cancelados e cancelamentos de voos por falta de tripulação”.

“São tudo problemas que a Ilha do Faial tem sentido ao longo dos últimos anos”, alertam.

A Ilha do Faial tem sido “fortemente prejudicada pela falta de ligações que estrangulam o seu desenvolvimento, a sua atividade empresarial e a mobilidade da população, quer por motivos de saúde, de trabalho ou lazer”, consideraram os conselheiros do PSD.

Por isso, o documento expressou “um protesto pelo planeamento realizado para o verão IATA 2019”, dirigido ao governo regional e ao conselho de administração da SATA.

Os social-democratas voltaram a defender as 14 ligações semanais na rota Lisboa-Horta-Lisboa, nos meses de julho e agosto, expressando ainda a sua preocupação “pelas informações contraditórias do Governo Regional dos Açores, da SATA/Azores Airlines e da ANA-Aeropostos de Portugal”, sobre a falta de operação noturna dos voos da Azores Airlines no aeroporto da Horta, um dos motivos para o cancelamento de voos.

A proposta de deliberação apresentada pelos conselheiros do PSD foi aprovada por unanimidade.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**




**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

 PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

n.º 1273 - 20 de Março 2002 - Preço 150\$00

POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



PSD venceu eleições legislativas

Edição n.º 1273 do "Povo Livre" | de 20 de março de 2002.

"PSD venceu eleições legislativas". O Partido Social Democrata venceu as eleições legislativas de 17 de março de 2002 e o Presidente do Partido, José Manuel Durão Barroso era conduzido Primeiro-Ministro de Portugal".

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****ALIJÓ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Alijó, para reunir, no próximo dia 22 de fevereiro de 2019 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede do PSD Alijó, sita na Rua Cimo da Vila, lote 5, esquerda, na Vila de Alijó, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Aprovação das contas;
- Aprovação da estratégia política para o ano de 2019;
- Análise da situação política nacional;
- Análise da situação política local;
- Outros assuntos.

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cinfães, para reunir no próximo dia 22 de fevereiro de 2019 (sexta-feira), pelas 21h00, no Edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação do Relatório de Contas de 2018;
2. Aprovação do Orçamento para 2019;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

COVILHÃ

Nos termos do artigo 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã, para reunir no próximo dia 22 de fevereiro, sexta-feira, pelas 21h00, na sede do PSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46, 1º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais;
2. Aprovação do Orçamento para 2019;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 13/02/2019 (Quarta-feira), pelas 21:00 horas, na Rua Marechal Gomes da Costa, 33 – 7570 – Grândola, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto Um: Aprovação de Contas 2018.
- Ponto Dois: Outros Assuntos de Eventual Interesse.

GÓIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Góis, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 9 de março de 2019 (sábado), das

14h00 às 20h00, na sede de campanha, sita na Praça da República, nº 5, Góis, com a seguinte Ordem de Trabalhos
1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas 14h00 às 20h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

MONTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montalegre do PSD, para uma reunião extraordinária, no próximo dia 10 de março de 2019, pelas 15h00, na sede do PSD sita no Edifício Cabrilho, Praça Europa, na Vila de Montalegre, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, distrito de Faro, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 16 de fevereiro de 2019, pelas 15h00, na sede do PSD de Olhão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação das contas da Secção referentes ao exercício de 2018;
3. Outros assuntos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos do PPD/PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Bairro para reunir no dia 22 de fevereiro 2019 (sexta-feira), pelas 20:30 horas, na Residencial Estância, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos"

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Concelho de Oliveira do Hospital, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 9 de março de 2019, sábado, pelas 14h00, na sede do PSD de Oliveira do Hospital sita na Rua António Canastrinha, lt 12, nº+ 1 – 1º B, em Oliveira do Hospital com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas candidatas para os Órgãos de Secção, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, em Coimbra, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h00 às 20h00.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 1 de março (sexta-feira), pelas 21h00, na sua sede sita na Avenida dos Templários, 309 Dto. Em Paços de Ferreira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações;
- 2 -Análise da situação política;
- Outros assuntos de interesse.

PALMELA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Palmela do PSD, para a Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 12 de fevereiro de 2019, pelas 21h00, na Secção do PSD de Setúbal, sito na Rua Rodrigues de Freitas – 1º Esq, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação de Contas 2018;
3. Análise da situação política.

PÓVOA DE LANHOSO

Nos termos dos Estatutos do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Póvoa de Lanhoso para se reunirem em Assembleia no dia 28 de fevereiro e 2019, pelas 20h30, na sede concelhia, sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva, nº 1 – 4º Esq, na Póvoa de Lanhoso, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Política;
3. Apreciação e votação das contas referentes a 2018;
4. Apreciação e votação da proposta de Plano e Orçamento para 2019;
5. Outros assuntos.

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Sousel do PSD para uma Assembleia de Secção, no dia 08 de março de 2019 (sexta-feira), entre as 18.00h e as 20.00h, na sede concelhia situada na Rua Direita, 5 em Sousel, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h0.

As candidaturas terão que ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção ou a quem a substitua até às 24 horas do terceiro dia do ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Trofa, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 15 de fevereiro de 2019 (sexta-feira), pelas 21h15, na sede concelhia do PSD Trofa, sita na Rua Camilo Castelo Branco, nº 222, na cidade da Trofa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de secção de Vila do Conde, para reunir, em sessão ordinária, no dia 23 de fevereiro de 2019 (sábado), pelas 16.00h, na sala Dr. Orlando Taipa da sede da Concelhia de Vila do Conde, sita na Praça da República nº7 em Vila do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1- Aprovação das contas de 2018, de acordo com o artigo 53º, nº 2, alínea d), dos Estatutos;
- 2- Aprovação do orçamento para 2019, de acordo com o artigo 53º, nº 2, alínea d), dos Estatutos;
- 3- Análise da situação política - Nacional e Local - de acordo com o artigo 53º, nº 2, alínea a), dos Estatutos;
- 4- Outros assuntos.

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Concelho de Vila Nova de Poiares, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 9 de março de 2019, sábado, pelas 14h00, na sede do PSD de Vila.Nova de Poiares, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas candidatas para os Órgãos de Secção, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, em Coimbra, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas das 14h00 às 20h00.

NÚCLEOS

NÚCLEO DE FRADELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Fradelos, para reunir no próximo dia 16 de março (sábado), PELAS 17H00, NA Rua D. Sancho I, nº 2282, Edf. Barreiras, 4760-556 Fradelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Fradelos.

Notas:

1. As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.
2. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção de Vila Nova de Famalicão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt



I CONSELHO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco I Conselho Nacional Extraordinário para o dia 17 de Fevereiro de 2019 (domingo), pelas 14h30m, na Escola Básica e Secundária Soares Basto, sita na Rua General Humberto Delgado, 3720-254 em Oliveira de Azeméis, no Distrito de Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação, Discussão e votação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2018;
- 2 – Apresentação, Discussão e votação do Orçamento para o exercício de 2019;
- 3 – Aprovação dos candidatos da JSD ao Parlamento Europeu.
- 4 – Análise da situação política;
- 5 – Outros assuntos.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Estarreja para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2019 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD Estarreja, sita na Rua Jornal de Estarreja, nº 109, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e discussão das contas do ano 2018;
- 2 – Apresentação e discussão das propostas de actividades para o ano 2019;
- 3 – Análise da situação política actual;
- 4 – Informações;
- 5 – Outros assuntos de relevância para a concelhia.

IDANHA-A-NOVA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convocam-se as eleições para os órgãos concelhios da Concelhia da JSD de Idanha-a-Nova, para o dia 16 de Março de 2019, pelas 15h00m, na Sede do PSD de Idanha-a-Nova, sita na Rua Vaz Preto, n.º 94 Loja A, 6060-126 Idanha-a-Nova, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário Concelhio.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Vila do Conde, a reunir no dia 16 de Março de 2019, pelas 21h00m, na sede concelhia de Vila do Conde do PSD e da JSD, sita na Praça da República, n.º 7 em Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise do Congresso Distrital;
- 2 – Apreciação do plano de actividades para 2019;
- 3 – Outros assuntos.

VILA DE REI

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convocam-se as eleições para os órgãos concelhios da Concelhia da JSD de Vila de Rei, para o dia 9 de Março de 2019, pelas 15h00m, na Sede do PSD de Vila de Rei, sita na Rua Dr. Eduardo Castro, n.º 6, em Vila de Rei, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário Concelhio.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.



ASSEMBLEIA DISTRITAL TSD /BEJA

DIA 08.MAR.2019
CORRECÇÃO

Nos termos do ponto 2, do Artº 41º dos Estatutos dos TSD e do nº3, do Artº 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de BEJA, para a Assembleia Distrital dos TSD/BEJA, que se realiza no dia 08 de Março de 2019 das 18H00 às 20H00.

Sede Distrital BEJA – Praça da República, 17-1º, Beja. Votam os militantes dos concelhos de Beja, Alvito, Barrancos, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Serpa e Vidigueira. Sede Concelhia de Ourique – Rua Dr. António Afonso Nobre Semedo, 14, Ourique. Votam os militantes de Ourique, Almodôvar, Odemira, Castro Verde e Aljustrel.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD
a) Mesa da Assembleia Distrital
b) Secretariado Distrital